

**COMPANHIA DE HABITACAO DO PR**  
**Divisão de Planejamento de Programas**

---

**Protocolo:** 16.042.401-0  
**Assunto:** EDITAL CC N.º 02/2016 - CANCELAMENTO - NOVA SANTA ROSA  
**Interessado:** municipio de nova santa rosa  
**Data:** 07/11/2019 10:40

---

**DESPACHO**

À SUJU,

Em atenção ao solicitado à fl. 178, anexamos ao presente processo a matrícula atualizada do imóvel e conforme se observa no documento o município permanece como proprietário do imóvel, não houve doação da área à COHAPAR.

Ressaltamos que a lei em seu artigo 8º autoriza a COHAPAR a realizar a seleção da empresa do ramo da construção civil no âmbito do Programa MCMV com recursos do FGTS independente da doação da área.

Atenciosamente,

Marcela Oliveira  
Gerente do DEPG em exercício

Curitiba, 31 de janeiro de 2020.

SID n.º 16.042.401-0  
Informação Jurídica n.º 32/2020

**Ao: DEPG – Departamento de Programas**

**De: SUJU – Superintendência Jurídica**

1. O processo administrativo foi remetido a esta SUJU, mediante despacho de laudas. 189. Na peça de envio o signatário faz referência à juntada de matrícula do imóvel às fls. 178, em cotejo ao pedido anterior desta SUJU.
2. Demais disso, observa-se da leitura do caderno processual que a questão em tela versa sobre a pretensão do Município de Nova Santa Rosa, objeto do Ofício de fls. 02, que inaugura o processo. Na peça o Município pleiteia a desistência do Edital de Concorrência 02/2016, sob o fundamento de revogação da Lei Municipal 1.781/15.
3. Há mais. Narra-se no caderno processual que a área em questão é objeto de celeuma judicial, objeto dos Autos 5000119-77.2017.4.04.7000, que tramitou na 20ª Vara Federal de Curitiba. A lide tinha como objeto possível ilegalidade nos atos que revogaram a Concorrência Pública, tendo como Autora PERFECTUS CONSTRUTORA LTDA., que sagrou-se vencedora<sup>1</sup>.
4. Pois bem. Objetivamente quanto ao Ofício de fls.02, nossa recomendação é que seja enviado Ofício de Resposta ao Município advertindo que o certame já foi encerrado e que se encontra pendente de assinatura contratual. Assim, e por isso, eventual indenização pleiteada pelo Vencedor do certame, se deferida em juízo, será suportada exclusivamente pela municipalidade responsável, em razão de sua desistência, pela revogação da licitação.

Sendo, por ora, o que nos cumpre consignar.

<sup>1</sup> **Dispositivo:**

Ante o exposto, afasto as preliminares suscitadas pelas requeridas, conheço o mérito dos pedidos formulados na inicial e julgo os procedentes, com lastro no art. 487, I, do CPC/15, nos seguintes termos:

1. Considere suprida a declaração de LGCE pela PETI apresentada pela CEF no evento nº 93;
2. Afasto a desclassificação da autora das concorrências nº 05/2015, 06/2015 e 02/2016 quanto aos lotes referidos de OFÍCIO/C20 a OFÍCIO/C22 do evento nº 1, em que se sagrou vencedora;
3. Torno definitiva a tutela de urgência parcialmente deferida no evento nº 21 e declaro a nulidade dos atos administrativos que revogaram parcialmente as concorrências nº 05/2015, 06/2015 e 02/2016 relativamente aos lotes vencidos pela autora situados nos municípios de Nova Santa Rosa, Pato Bragado, Assis Chateaubriand, Jesuítas, Céu Azul, Diamante d'Oeste e Santa Helena;
4. Determino que os lotes acima mencionados sejam excluídos em definitivo da concorrência nº 12/2016, que poderá prosseguir quanto aos demais lotes não discutidos neste litígio, para o que a Cohapar deverá adotar as medidas pertinentes;
5. Determino à Cohapar que, considerando suprida a declaração de LGCE pela PETI do evento nº 93, prossiga com a análise dos demais requisitos necessários à contratação da parte autora, em conformidade com o EDITAL4 a 6 do evento nº 1. Na hipótese de não haver contratação da parte autora com base das concorrências nº 05/2015, 06/2015 e 02/2016, a Cohapar deverá adotar as medidas necessárias para que os lotes aqui discutidos sejam incluídos em novo procedimento licitatório. Ante o princípio da causalidade, reputo que a CEF teve participação predominante na omissão que deu origem ao presente litígio. Sendo assim, condeno a empresa pública requerida a arcar com as custas processuais e os honorários de sucumbência devidos aos procuradores da autora e da Cohapar (art. 86, parágrafo único, do CPC/15). Para tanto, e com base nos critérios estabelecidos pelo art. 85, parágrafo segundo, I a IV, do CPC/15, fixo os honorários sucumbenciais em valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da causa (R\$ 1.321.284,49 - um milhão, trezentos e vinte e um mil, duzentos e oitenta e quatro reais e quarenta e nove centavos - item '1' do DESPADEC1 do evento nº 16). Esse valor será destinado aos procuradores da requerente e da Cohapar nas seguintes proporções: 70% (setenta por cento) ao advogado da parte autora e 30% (trinta por cento) ao advogado da Cohapar.

**COMPANHIA DE HABITACAO DO PR  
DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS**

---

**Protocolo:** 16.042.401-0  
**Assunto:** EDITAL CC N.º 02/2016 - CANCELAMENTO - NOVA SANTA ROSA  
**Interessado:** municipio de nova santa rosa  
**Data:** 03/02/2020 11:00

---

**DESPACHO**

Encaminho para conhecimento e demais providências que julgar necessário a esse, e demais empreendimentos na mesma situação.

**Memo. nº 004/DIPP/2020.**

Curitiba, 17 de fevereiro de 2020.

À Diretoria Jurídica - DIJU

Ref.: Informação jurídica nº 32/2020 - Pedido de desistência do Edital de Concorrência nº 02/2016 – **Município de Nova Santa Rosa.**

Considerando a orientação trazida no item 4 da Informação jurídica nº 32/2020, retornamos os autos a essa SUJU, consultando acerca das seguintes dúvidas, diante das providências recomendadas:

1. Considerando o fato da revogação da Lei Municipal 1.781/15 ter anulado o ato que autorizou a abertura do referido certame, permanece os efeitos do certame licitatório, devendo a Cohapar dar continuidade à assinatura do Termo de Permissão de Uso - TPU?
2. Em que se pesem os alertas a serem encaminhados ao município, considerando que a lei já encontra-se revogada, a Cohapar pode comunicar a procedência no atendimento do pleito apresentado, no caso a desistência do Município?
3. Cabe à Cohapar eventual comunicado a construtora vencedora no presente momento, no caso da não assinatura do instrumento?

Sendo o que tínhamos para o momento, estamos à disposição.

Atenciosamente,

**Kerwin Kuhlemann**  
Superintendente de Programas

**Luís Antônio Werlang**  
Diretor de Programas e Projetos

**COMPANHIA DE HABITACAO DO PR  
DIRETORIA JURIDICA**

---

**Protocolo:** 16.042.401-0  
**Assunto:** EDITAL CC N.º 02/2016 - CANCELAMENTO - NOVA SANTA ROSA  
**Interessado:** municipio de nova santa rosa  
**Data:** 18/02/2020 09:48

---

**DESPACHO**

À SUJU,  
Para distribuição.  
Att.

A DIPP/SUPG.

Trata-se de manifestação acerca dos questionamentos enumerados pela referida Diretoria, por meio do memorando nº 044/DIPP/2020, tendo em vista o teor da informação jurídica nº 32/2002.

Pois bem, em resposta pontual, na ordem do encaminhado, esclarece-se:

- 1) O ofício de revogação da lei, emitido pelo Município, será juntado aos autos da ação, **em que será requerida a extinção do feito por perda do objeto. Assim, não deve a COHAPAR dar continuidade a assinatura do TPU.**
- 2) Não há procedência a ser comunicada, pois a desistência já está consumada, a **notificação vai resguardar eventual direito de regresso em caso de condenação judicial; e**
- 3) Sim, deve a COHAPAR comunicar formalmente os termos do ocorrido a construtora.

Por fim, salienta-se que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe e sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

Curitiba, 20 de janeiro de 2020.

Poliana de Souza Cardoso  
Advogada